

Investimento, saída para crise

MILANO LOPES

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, e o do Planejamento, Anibal Teixeira, garantem que o governo vai enfrentar a recessão ampliando os investimentos públicos, principalmente aqueles que têm o poder de mobilizar a empresa privada e de gerar compras de equipamentos e prestação de serviços no mercado interno. No **Plano de Dispêndios Globais (PDG)** das empresas estatais, a ser divulgado até o fim do mês, pelo menos 80% dos quase Cr\$ 300 bilhões de investimentos serão concentrados justamente nas **Holdings** responsáveis pela infra-estrutura econômica: Eletrobrás, Petrobrás, Siderbrás, Vale do Rio Doce, Telebrás e empresas do Ministério dos Transportes.

Há, reconhecem os ministros, insuficiência de recursos, e as projeções da Sest (Secretaria de Controle das Empresas Estatais) apontam para um hiato da ordem de Cr\$ 200 bilhões, déficit estimado para as empresas estatais. Esse problema, contudo, será enfrentado pela nova política de reajustes das tarifas e demais preços cobrados por essas empresas, os quais terão reajustes reais, ou seja, acima da inflação.

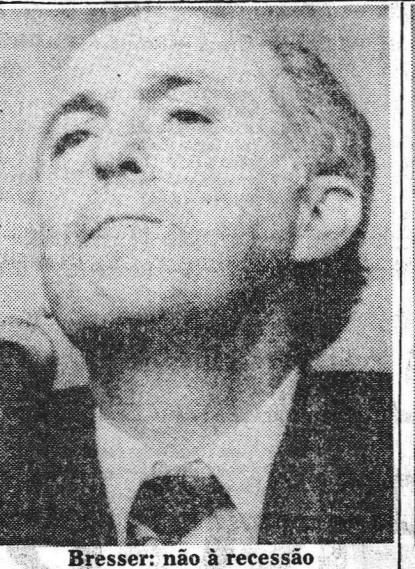
A área econômica do governo reconhece que mudar a regra dos reajustes tarifários, dos atuais 80% da variação do INPC, para algo acima de 100% do INPC — o reajuste real variará de setor para setor, beneficiando mais o elétrico — provocará um inevitável impacto inflacionário, mas se fizer uma escolha entre

inflação e crescimento, esse será privilegiado. Esta é uma decisão fechada do presidente da República.

Com a reposição tarifária real, as empresas estatais gerarão uma receita operacional bem maior, capaz de atender as requisições de novos investimentos, além de abrir a possibilidade da absorção de novos finan-

investimento, que somente será possível com tarifas reais.

Segundo os ministros da área econômica, é absolutamente imprescindível que o governo, através de suas empresas, aumente a oferta de matérias-primas e insumos essenciais ao desenvolvimento do setor produtivo, como energia elétrica, pe-



Bresser: não à recessão



Teixeira: mais insumos

ciamentos externos por parte do Banco Mundial. Em relação ao setor elétrico, por exemplo, que este ano receberá o segundo empréstimo de US\$ 500 milhões — o primeiro foi no ano passado —, o Bird está exigindo o cumprimento do compromisso do governo de garantir ao setor uma taxa de retorno de 6% ao ano para o

óleo, transportes, aço e comunicações. Nesse esforço de produção desses insumos, por parte das respectivas **holdings**, a economia como um todo se beneficia, pois o dinheiro circulará no mercado.

POUPANÇA PRIVADA

O governo, contudo, está preocu-

pado com o baixo índice da poupança privada, e com a queda dos investimentos programados pelas empresas nacionais e estrangeiras. Para o ministro do Planejamento, é essencial que o setor privado acompanhe o governo no esforço de investimento, principalmente porque as fontes de poupança estão limitadas desde setembro de 1982, quando o mercado financeiro internacional fechou-se para o País.

Hoje os financiamentos externos estão limitados ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), este com uma modesta parcela de no máximo US\$ 300,00 milhões anuais. Este ano a situação é particularmente difícil, pois também as instituições oficiais de crédito (Eximbanks) também suspenderam o fluxo de financiamento ao Brasil, à espera da concretização de novo acordo no âmbito do Clube de Paris, no próximo mês.

Segundo dados da Seplan, para que o PIB possa manter o crescimento na faixa dos 6% ao ano, é necessária uma taxa de poupança bruta de pelo menos 23%, contra os 19% registrados no ano passado. Contudo, os próprios técnicos do governo reconhecem que os empresários temem, e com razão, investir sob uma inflação de 20% ao mês e com a economia permeada de incertezas.

Brasília - Ag. Estado

A.B.